

# Economista diz que investir para crescer é essencial

Foto de Vidal da Trindade

“Déficit público zero no Brasil seria uma loucura, uma verdadeira idéia da idade das cavernas. O governo brasileiro, em vez de se preocupar com o déficit, precisa investir.” Esta é a receita que o economista Rüdiger Dornbusch deu ontem, ao participar do Seminário Terapias Antiinflacionárias, que está sendo realizado pela Escola Superior de Administração Pública (Esad) no Hotel Méridien, com a promoção do JORNAL DO BRASIL.

Na opinião do economista alemão, radicado nos Estados Unidos, é muito melhor para o país que a inflação fique em 30% ao ano, mas que haja crescimento econômico e investimentos públicos, do que obter taxas de inflação muito baixas — de 5% a 10% ao ano — ao custo de uma sobrevalorização cambial, salários congelados e economia estagnada. Ele propõe que o governo abandone a taxa de câmbio fixa, daqui a dois meses, e volte a adotar as minidesvalorizações cambiais, “pois senão será obrigado a, dentro de seis meses ou um ano, realizar uma maxidesvalorização do cruzado”.

Professor de Economia Internacional do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Rudiger Dornbusch conhece muito o Brasil e seus problemas econômicos (ele é, por sinal, casado com uma economista brasileira e visita o país várias vezes por ano). Seu apoio ao plano cruzado é incondicional — “era mais do que necessário para acabar com a inflação e teve o bom senso de misturar idéias heterodoxas, como o controle de preços e salários, com idéias ortodoxas, como uma política fiscal acertada.”

Os programas feitos sob a égide do Fundo Monetário Internacional, segundo ele, nunca dariam certo no Brasil ou em outros países democráticos”. O FMI, aliás, comentou, “deveria estar no Jardim Zoológico”. Mas, mesmo acertando, ele considera que o governo brasileiro terá que fazer uma séria escolha nos próximos meses: ou persegue o objetivo de obter taxas de inflação muito baixas, mantendo a taxa de câmbio fixa, o “que poderá sem dúvida aumentar a popularidade dos atuais dirigentes da nação”; ou deixa a inflação ficar um pouco mais elevada, voltando a estimular investimentos na economia”. Nesse caso, novamente deveriam ser adotadas minidesvalorizações cambiais.

## Folga cambial

Dornbusch admite que existe uma “folga cambial” a favor do Brasil, mas espera que essa folga não seja utilizada para conseguir taxas de inflação zero ou de 2% ao mês, com o objetivo de aumentar o poder aquisitivo dos brasileiros face a moedas estrangeiras. Se a taxa cambial no momento é favorável e o governo está com uma melhor situação orçamentária, a escolha a ser feita, disse ele, é a de investir, a começar pelo setor público, “a não ser que o Estado queira vender todas as empresas públicas ao setor privado,

retirando-se totalmente da economia. Mas não sei se o setor privado brasileiro tem recursos para isso”, observou.

Sobre investimentos, ele comentou ainda que as autoridades brasileiras, no que diz respeito às contas públicas, deveriam fazer uma divisão mais clara entre gastos correntes (de custeio) e gastos de capital. Os gastos correntes é que têm que ser financiados por arrecadação tributária. Quanto aos gastos de capital, deveriam ser financiados por dívida pública em títulos federais. “No Brasil, infelizmente, utiliza-se a arrecadação de impostos para cobrir também gastos de capital, o que resulta na eliminação da possibilidade de novos investimentos”.

Uma opção do plano cruzado que foi considerada correta pelo economista é a política salarial. “O Brasil”, explicou, “não precisa de compressão salarial, porque o que mais pesa no orçamento público não são os salários do funcionalismo estatal, mas, sim, os custos financeiros, que estão caindo com a queda da inflação. Ao evitar, portanto, uma queda real acentuada de salários, o governo acertou. Bastava mesmo, nesse caso, um maior controle, já que somente com controle de salários e preços é possível evitar, em planos de estabilização, forte desemprego”.

Ele também apoiou a política de juros, pois ao permitir uma maior expansão monetária pouco antes do plano cruzado, o governo neutralizou a hipótese de uma elevação absurda dos juros reais, ponto fraco do plano argentino. Quem afirma que os juros no Brasil estão elevados demais, disse, “está falando uma bobagem. Nesse particular, o Brasil aprendeu com a lição argentina”.

## Comissões setoriais

Sobre os preços, ele recomenda que o país adote o mesmo que foi empregado pelos Estados Unidos entre 1970 e 1974: “É preciso criar uma comissão que analise, caso a caso, as reivindicações setoriais. Se os preços estiverem muito em desacordo com a quantidade das mercadorias em oferta, talvez seja o caso de um ajuste, a fim de evitar o desabastecimento”. Essa política estaria longe de representar um descongelamento, afirmou, lembrando que, nos EUA, de 1.000 casos analisados, apenas cinco mereciam revisão de preços.

Mas não é só a taxa de câmbio, o nível de inflação futura e os investimentos públicos que preocupam o professor do Mit. Ele também não vê com bons olhos as bolsas de valores brasileiras. “São muito reduzidas e são poucas as pessoas que exercem influência sobre as cotações das ações. Com isso, há muita especulação”. Indagado se acreditava que haveria queda nas bolsas, a curto prazo, ele admitiu: “Vão cair e espero que o governo não auxilie os investidores que tiverem perdas, porque o dinheiro de impostos não deve ser utilizado para financiar especulação”.



Camilion (E), Simonsen e de Pablo ouviram de Dornbusch (D) que o déficit público zero não é necessário

## Israel — O sucesso do plano de julho de 1985

(taxas de crescimento nos meses ou períodos indicados)

	Inflação	M2*	Depósitos em moeda estrang.	Crédito	Desemprego (taxa no mês)	Salário Real (índices)	Taxa de câmbio real (índices)
Junho 85	14,9%	7,2%	18,6%	16,8%	6,6%	100	100
Julho 85	27,8%	56,6%	0,8%	0,4%		85	93
Agosto 85 a Fev. de 86	13,3%	61,2%	-16,2%	4,5%	7,2%	83	95
Fev. de 86	1,5%	3,0%	-1,5%	1,3%	6,6%	89	95

Fonte — Stanley Fischer (1986) e Morgan Guaranty (citado por Rudiger Dornbusch) \*M2 ou Meios de Pagamento 2 = papel moeda em poder do público, depósitos à vista nos bancos comerciais e depósitos a prazo.